



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

APOSTILA Nº 01 AO CONTRATO Nº 08/2018.

APOSTILA Nº 01 AO CONTRATO Nº 08/2018

PROCESSO SEI N. [0001556-82.2017.6.22.8000](#)

PREGÃO ELETRONICO N. 18/2018

APOSTILA Nº 01 AO CONTRATO Nº 08/2018 (evento [0301448](#)), CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, POR MEIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA J FECCHIO JUNIOR - ME - CNPJ n. 24.485.960/0001-57, cujo objeto é a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de climatização do edifício-sede e do Depósito de Urnas (Anexo II) do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, da marca Mitsubishi, do tipo Expansão Direta VRF-MULTI-SPLIT, compreendendo, também, o fornecimento de equipamentos e materiais de consumo necessários à execução dos serviços de manutenção preventiva e, de forma excepcional, o fornecimento de peças necessárias à manutenção corretiva dos equipamentos, conforme especificações, termos e condições contidas no Contrato mencionado.

O Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, Desembargador MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA, no uso de suas atribuições legais, e consoante Decisão n. 54/2021 - (evento [0678887](#)), RESOLVE expedir a presente apostila, com fundamento no artigo 65, §8º, da Lei n. 8.666/93, no artigo 40, XI, c/c o art. 55, III, da Lei n. 8.666/93 e na Cláusula Décima Quinta do Contrato supramencionado, para:

I - Registrar o 2º reajuste sobre o valor estimado dos serviços objeto do Contrato 08/2018 (evento [0301448](#)) **no percentual de 2,40%** (dois inteiros e quarenta centésimos por cento), decorrente da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, aferido no



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

período de abril de 2019 a abril de 2020, com efeitos financeiros sobre o Contrato mencionado a partir de abril de 2020, conforme detalhamento abaixo:

TABELA 1 - Reflexo Contratual				
VALOR DO CONTRATO (Termo Aditivo n. 01 0425444) (A)		IPCA APLICADO (0664471) (B)	VALOR DO CONTRATO ATUALIZADO (C) = (A)x(B)	VALOR MENSAL ATUALIZADO (D)=(C)/24
Serviços	R\$ 467.399,30	2,40%	R\$ 478.616,88	R\$ 19.942,37
Pecas	R\$ 63.046,20	-	R\$ 63.046,20	R\$ 2.626,92
TOTAL	R\$ 530.445,50		R\$ 541.663,08	R\$ 22.569,29

Fonte: Informação n. 22/2021-PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP (evento [0664516](#) do Processo SEI respectivo).

II – O impacto financeiro deste reajuste sobre o valor estimado dos serviços contratado é de R\$ 11.217,58 (onze mil duzentos e dezessete reais e cinquenta e oito centavos).

III - As despesas com a execução da presente Apostila serão suportadas mediante à Nota de Empenho desta contratação, a ser reforçada, caso necessário.

IV - Com o presente reajuste, o valor total atualizado do contrato (para eventual cômputo de acréscimos e supressões - Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93) passa a ser de R\$ 270.831,54 (duzentos e setenta mil oitocentos e trinta e um reais e cinquenta e quatro centavos), conforme detalhamento no Anexo I deste instrumento:

V - Para assegurar a plena execução deste ajuste, **a Contratada deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

deste instrumento, complementação da GARANTIA no valor de R\$ 560,88 (quinhentos e sessenta reais e oitenta e oito centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do presente reajuste, em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93, e nos termos do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93 e da Cláusula Sexta do Contrato originário.

VI - Ficam mantidas todas as demais cláusulas do Contrato TRE-RO 08/2018 que não tenham sido alteradas por Apostilas e/ou Termos Aditivos.

VII - A presente Apostila passa a fazer parte integrante do Contrato supra, como se nele estivesse transcrita.

Porto Velho/RO, 28 de maio de 2021.

Desembargador MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA

Presidente do TRE-RO

ANEXO I DA APOSTILA N. 01 AO CONTRATO N. 08/2018

HISTÓRICO DA CONTRATAÇÃO

Valor inicial do Contrato, mais valores e informações dos aditivos/apostilas:

Contrato/Aditivo/Apostila (Valores, objetos e datas de assinatura e de vigência)	Valor inicial do contrato e valor de cada aditivo/apostila	Percentual de acréscimo/supressão de aditivo/apostila em relação ao valor inicial do contrato (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93)
Contrato n. 08/2018 (assinado em 20/06/2018) – Volume VI do PA (evento n. 0301448) Vigência de 12 meses, a contar	R\$ 252.408,00	-

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de 20/06/2018 até 20/06/2019. Valor: R\$ 252.408,00 Garantia: R\$ 12.620,40		
1º Termo Aditivo (assinado em 18/06/2019) – Volume IX do PA (evento n. 0425444) Prorrogação por mais 24 meses, a contar de 21/06/2019 até 20/06/2021 + Reajuste de 5.077% Valor: R\$ 530.445,50 Garantia: R\$ 26.522,27	R\$ 530.445,50	-
Apostila n. 1, assinada em ___/05/2021 – Volume XII do PA (evento n. 0696316). Reajuste de 2,40% referente ao acumulado do IPCA em abril/2019 a abril/2020, com efeito a contar de abril/2020. Valor que constou na apostila 1: R\$ 11.217,58. Garantia: R\$ 560,88.	R\$ 11.217,58	-

*Eventuais divergências nas somas são decorrentes de arredondamento de casas decimais em cálculos envolvendo dízimas periódicas.

VALOR ATUALIZADO DESTA CONTRATAÇÃO PARA FINS DE CÔMPUTO DE EVENTUAIS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.	R\$ 270.831,54
---	----------------

PERCENTUAL TOTAL DE ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES JÁ REALIZADOS NESTA CONTRATAÇÃO, EM RELAÇÃO AO VALOR ATUALIZADO CONTRATO – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.	0,00%
---	-------



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Analista Judiciário**, em 01/06/2021, às 16:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Alaor Diniz Grangeia, Presidente**, em 01/06/2021, às 17:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0696316** e o código CRC **AEB43DF6**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

INFORMAÇÃO Nº 22/2021 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP

AO GABSAOFC.

À COSEG para conhecimento,

Assunto: Reajuste do Contrato n. 08/2018 ([0301448](#)) - Prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva do sistema de climatização do edifício-sede e do Depósito de Urnas (Anexo II) do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, da marca Mitsubishi, do tipo Expansão Direta VRF-MULTI-SPLIT, com fornecimento de equipamentos e materiais de consumo necessários à execução dos serviços de manutenção preventiva e, de forma excepcional, o fornecimento de peças necessárias à manutenção corretiva dos equipamentos.

Senhor Secretário,

Considerando a previsão contratual disposta na cláusula demonstrada abaixo:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DO REAJUSTE

(Artigo 55, III, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Os preços dos serviços objeto do contrato, desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado do orçamento da proposta - data limite para apresentação da proposta (art. 3º, § 1º da Lei nº 10.192/2001 e Acórdão TCU nº 19/2017 - Plenário) ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, contado da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato (art. 40, XI, c/c o art. 55, III, da Lei nº 8.666/93), adotando-se a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, por ser mais compatível com a variação de preços do objeto licitado.

Subcláusula Primeira - Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação do CONTRATADO

Que a empresa contratada apresentou o Ofício n. 01/2021/Vento Sul ([0664203](#)) requerendo o ajuste do valor do contrato pela variação do índice IPCA de referência, conforme previsão contratual;

Que o período em condições contratuais de reajuste se refere ao de abril de 2019 a abril de 2020, que o índice acumulado nos últimos doze meses a ser aplicado sobre o valor do contrato vigente é de **2,40%, índice apurado pelo IBGE ([0664471](#))**, demonstramos nas tabelas abaixo os reflexos do reajuste contratual:

TABELA 1 - Reflexo Contratual				
VALOR DO CONTRATO (Termo Aditivo n. 01 0425444) (A)		IPCA APLICADO (0664471) (B)	VALOR DO CONTRATO ATUALIZADO (C) = (A)x(B)	VALOR MENS ATUALIZADO (D)=(C)/24
Serviços	R\$ 467.399,30	2,40%	R\$ 478.616,88	R\$ 19.942,37
Peças	R\$ 63.046,20	-	R\$ 63.046,20	R\$ 2.626,92
TOTAL	R\$ 530.445,50		R\$ 541.663,08	R\$ 22.569,29

TABELA 2 - Reflexos Financeiros			
ANO	Mês	Valor Pago (A)	Valor a Pagar de Exercícios Anteriores (B)=2,40%*(A)
2020	Abril a Dezembro	R\$ 168.520,34	R\$ 4.044,49



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TOTAL A PAGAR	R\$ 4.044,49
----------------------	---------------------

Como o reajuste gera efeitos em exercícios anteriores, haverá uma diferença a pagar, relativa ao ano de 2020 no valor de R\$ 4.044,49 (quatro mil quarenta e quatro reais e quarenta e nove centavos), conforme a competência demonstrada na Tabela 2.

Como o valor da diferença citada acima se refere a despesa de exercício anterior (2020) e que não há empenho/despesa inscrita em restos a pagar para o referido contrato, sugerimos, s.m.j, em caso de aprovação do reajuste, o reconhecimento de dívida no valor de **R\$ 4.044,49 (quatro mil quarenta e quatro reais e quarenta e nove centavos)**

Ademais, informamos que para o atual exercício **não haverá a necessidade de reforçar a disponibilidade orçamentária** para suportar o referido reajuste.

Pelo exposto, encaminhamos para Vossa Senhoria apreciar a análise desta unidade gestora quanto à solicitação de reajuste da contratada e os reflexos desta previsão contratual ao valor da contratação.

Respeitosamente,



Documento assinado eletronicamente por **LEISSON DE SOUSA**

CASTRO, Chefe de Seção, em 26/02/2021, às 12:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0664516** e o código CRC **D08A15EF**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001556-82.2017.6.22.8000

INTERESSADO: SEMAP

ASSUNTO: Análise da aplicação de reajusto *strito sensu* no Contrato 08/2018/TRE/RO – Serviço de manutenção preventiva e corretiva do sistema de climatização do Edifício-sede e do Anexo II – Empresa Contratada: J FECCHIO JUNIOR.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PARECER JURÍDICO Nº 10 / 2021 - PRES/DG/AJDG

I – DO RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo no qual, após regular processo licitatório, operou-se a contratação da empresa J FECCHIO JUNIOR, CNPJ nº 24.977.471/0001-15, para prestar serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, do sistema de climatização instalados nos prédios edifício-sede e do Depósito de Urnas (Anexo II) do TRE-RO, localizados em Porto Velho-RO, dimensionada para 12 (doze) meses, a partir de 20/06/2018, com possibilidade de prorrogação, nos termos registrados no **Contrato Administrativo nº 08/2018** ([0301448](#)), atualmente em execução com termo final em 20/06/2021, conforme anotado no item 1 da Cláusula Primeira do Termo Aditivo n. 01 ([0425444](#)).

02. Na Informação nº 22/2021-PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0664516](#)) a unidade gestor comunica a solicitação de reajuste, com previsão contratual, por meio de solicitação da empresa contratada no Ofício n. 01/2021/Vento Sul ([0664203](#)) requerendo o ajuste do valor do contrato pela variação do índice IPCA de referência. A SEMAP ainda informa que o período em condições contratuais de reajuste **se refere ao de abril de 2019 a abril de 2020**, e que o índice acumulado nos últimos doze meses a ser aplicado sobre o valor do contrato vigente é de **2,40%**, **índice apurado pelo IBGE** ([0664471](#)).

03. Informa ainda a unidade gestora que para suportar a despesa com o referido reajuste no atual exercício, **não haverá a necessidade de reforçar a disponibilidade orçamentária**.

04. Os autos foram recebidos pelo secretário de administração, orçamento, finanças e contabilidade, determinando, na oportunidade, a elaboração da minuta de Apostila contratual pela SECONT e a análise pela Assessoria Jurídica, conforme Despacho nº 270/2021-PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0664988](#)). Por sua vez, a Seção de Contratos juntou a minuta de Apostila n. 1 ao Contrato n. 08/2018 ([0665770](#)).

05. Assim instruídos, os autos foram encaminhados a esta Assessoria para análise e emissão de parecer jurídico, consoante Remessa 26 ([0665771](#)). **É o necessário relato.**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II - DA ANÁLISE JURÍDICA

2.1 – DO REAJUSTE EM SENTIDO ESTRITO

06. A pretensão da contratada tem amparo no **Art. 40, XI e Art. 55, III, ambos da Lei n. 8.666/93**, trata-se de **reajuste em sentido estrito**, o qual determina a estipulação de critérios periódicos de reajuste, por sua vez reproduzidos expressamente no Contrato Administrativo nº 08/2018. Veja-se:

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Os preços dos serviços objeto do contrato, desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado do orçamento da proposta - **data limite para apresentação da proposta** (art. 3º, § 1º da Lei nº 10.192/2001 e Acórdão TCU nº 19/2017 - Plenário) ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, contado da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato (art. 40, XI, c/c o art. 55, III, da Lei nº 8.666/93), adotando-se a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - **IPCA**, por ser mais compatível com a variação de preços do objeto licitado.

07. Segundo Marçal Justen Filho, o *“Reajuste consiste na indexação dos preços contratuais, submetendo-os a variação periódica e automática segundo a flutuação de índices predeterminados”*. Ou seja, o reajuste deve ser concedido de ofício pela Administração, quando completado o lapso de 12 meses a contar da data de apresentação da proposta ou da data-base da categoria profissional envolvida na execução do objeto.

08. O Manual de Licitações e Contratos do TCU – 4ª Edição, às fls. 704, assim orienta:

Para concessão de reajuste, o marco inicial conta-se **da data da apresentação da proposta** ou da data do orçamento a que a proposta se referir, conforme previsto no edital e no contrato, ou ainda do último reajustamento. (sem grifo no original)

09. Ademais, necessário se faz mencionar o entendimento da Segunda Câmara do Tribunal de Contas da União, com relação ao conceito do instituto em estudo, cuja transcrição segue anexo, *ipsi litteris*:

E necessário distinguir, portanto, os conceitos de reajuste e recomposição de preços. Sob um certo ângulo, esta última expressão indica gênero, de que aquela configura espécie. A recomposição de preços é o procedimento destinado a avaliar a ocorrência de evento que afeta a equação econômico-financeira do contrato e promove adequação das cláusulas contratuais aos parâmetros necessários para recompor o equilíbrio original. **Já o reajuste é procedimento automático, em que a recomposição se produz sempre que ocorra a variação de certos índices,**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

independente de averiguação efetiva do desequilíbrio. Já a recomposição pressupõe a apuração real dos fatos e exige comprovação acerca de todos os detalhes relacionados com a contratação e os fatos supervenientes a ela.

O que se afirmar é a garantia constitucional da manutenção do equilíbrio econômico financeiro do contrato administrativo. Deve reputar-se que, ocorrendo elevação de custos não retratada pelo índice de atualização ou de reajuste adotado contratualmente, o particular tem direito a recomposição de preços. **Acórdão 54/2002 Segunda Câmara (Voto do Ministro Relator)** (sem grifo no original)

10. A data limite para apresentação da proposta da empresa contratada J FECCHIO JUNIOR a este TRE/RO foi **18/04/2018**, conforme se verifica no Edital nº 18/2018 ([0281603](#)). O primeiro reajuste foi concedido no Termo Aditivo n. 01 ([0425444](#)) referente ao período de **maio de 2018 a maio 2019**, com efeitos financeiros sobre o Contrato mencionado a partir de 02 de maio de 2019.

11. Esta AJDG para dirimir dúvida em relação ao período alcançado pelo reajuste ora em análise (período de **abril/2019 a abril de 2020**), solicitou, por diligência, esclarecimentos a SAOFC ([0667620](#)), considerando que no reajuste anterior o mês de abril foi incluído – maio 2018 a maio de 2019 ([0425444](#)). Em resposta nos foi confirmado pela SEMAP na Informação nº 27/2021 – PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0668406](#)) a ocorrência de erro material e o reajuste acumulado no período de abril de 2019 a abril de 2020.

12. Embora o gestor em sua informação tenha considerado que os preços dos serviços objeto do Contrato 08/2018 deverão ser ajustados **a pedido da contratada**, é necessário esclarecer que o reajuste previsto em cláusula contratual se dá de forma automática pela administração, o **Parecer Jurídico nº 0421804/2019** – PRES/DG/AJDG ao analisar o 1º reajuste abordou esse assunto em seu **item 40**, inclusive enfatizando no **item 42** do opinativo que nos reajustes futuros, a unidade gestora procedesse **automaticamente** a apuração dos índices de reajuste e, em seguida, a tramitação pertinente para sua aplicação, independente de solicitação da contratada (vide **Termo Aditivo 01- [0425444](#)**).

13. Vale reprisar entendimento do TCU e da AGU, que claramente responsabilizam a administração pela aplicação automática do reajuste estrito senso nos contratos administrativos, vejamos novamente texto do **Parecer nº 02/2016/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU**:

(...)

39. A automaticidade do reajuste significa, em outras palavras, que a sua concessão não demanda a prévia comprovação, pelo contratado, da alteração de cada um dos custos envolvidos na execução do contrato; **ao revés, a ocorrência da variação de custos é presumida, e a sua correção se dá por meio da mera aplicação**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

periódica aos preços contratados dos índices oficiais previamente estabelecidos em edital e contrato, consoante uma fórmula matemática prevista nesses instrumentos. Para tanto, há que se aferir, apenas, a variação acumulada do índice previsto nos 12 (doze) meses anteriores à data-base do reajuste.

(...)

41. O TCU, inclusive, já admitiu o caráter automático do reajuste em sentido estrito, aduzindo que "A diferença entre repactuação e reajuste é que este é automático e deve ser realizado periodicamente, mediante a simples aplicação de um índice de preço, que deve, dentro do possível, refletir os custos setoriais. Naquela, embora haja periodicidade anual, não há automatismo, pois é necessária a demonstração da variação dos custos do serviço" (Acórdão nº 1374/2006- TCU - PLENÁRIO).

42. Nessa esteira, considera-se que, uma vez estabelecido em edital e pactuado entre as partes no âmbito do contrato administrativo, o reajuste deve ser automática e periodicamente realizado pela própria Administração contratante, e de ofício, não sendo exigível prévio requerimento ou solicitação por parte do contratado.

43. Trata-se, em realidade, do simples e regular cumprimento, pela Administração, da cláusula contratual que estabelece o reajuste por índices dos preços inicialmente contratados e em última análise, do próprio edital e da legislação de regência.

(...)

14. Verifica-se que a pretensão do caso em comento está amparada legalmente, pois o reajuste com base no IPCA está previsto em cláusula contratual e obedece ao prazo mínimo ajustado, conforme informado pela unidade gestora da contratação. Portanto, com efeitos financeiros a partir do mês de abril/2020 com os novos valores reajustados, conforme informações inseridas no evento [0664516](#) e, para fazer jus aos valores pretéritos, a Contratada deverá apresentar fatura complementar separadamente, contendo a diferença entre os valores anteriores e os valores atualizados com o presente reajuste.

2.2 – DA ATUALIZAÇÃO DA GARANTIA

15. O Contrato n. 08/2018 ([0337319](#)) estabeleceu a obrigação de a Empresa oferecer garantia contratual, nos seguintes termos, *in verbis*:

CLÁUSULA SEXTA – Para assegurar a plena execução deste Contrato e com fundamento nos termos do art. 56, § 2º, da Lei n. 8.666/93, a CONTRATADA deverá apresentar GARANTIA no valor de R\$ 12.620,40 (doze mil seiscentos e vinte reais e quarenta centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total deste instrumento contratual, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666/93, com validade durante a execução deste Ajuste e 3 (três) meses após o término de sua vigência.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

16. A Corte de Contas orienta no sentido de que: “**Se o objeto for acrescido ou suprido, a garantia deve ser atualizada em igual proporção**” (Manual de Licitações e Contratos 4^a Edição, revista, atualizada e ampliada, página 739). Diz, ainda, as deliberações do TCU:

O agente público que deixa de exigir da contratada a prestação das garantias contratuais, conforme previsto no art. 56 da Lei n. 8.666/1993, responde pelos prejuízos decorrentes de sua omissão, bem como às penas previstas nos arts. 57 e 58 da Lei n. 8.443/92. **Acórdão 859/2006 - Plenário (Sumário)** (sem grifo no original)

Mantenha atenta observação acerca da validade das garantias contratuais fornecidas pelos contratados, resguardando o direito da Administração caso necessite utilizá-las, em obediência ao art. 55, VI c/c art. 66, caput, da Lei n.8.666/1993. **Acórdão 265/2010 - Plenário.** (sem grifo no original)

Exija, como condição necessária a assinatura de contratos e termos de aditamento, de comprovação de que tenham sido prestadas as garantias previstas no instrumento convocatório, na forma do art. 56 da Lei n. 8.666/1993. **Acórdão 1573/2008 - Plenário.** (sem grifo no original)

17. Nessa linha, deverá a contrata ser notificada para apresentar nova garantia correspondendo a 5% (cinco por cento) do novo patamar financeiro do contrato, dimensionada para a cobertura das obrigações, em cumprimento à obrigação imposta pela CLÁUSULA SEXTA do Ajuste.

2.3 - ANÁLISE DA MINUTA DE APOSTILA N. 01

18. Juntou-se aos autos minuta de Apostila n. 01 ao Contrato nº 08/2018 ([0665770](#)), a qual, sob o aspecto formal, encontra-se em conformidade com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, não havendo reparos a fazer nessa seara, estando apta, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração.

III – DA CONCLUSÃO

19. Pelo exposto, com escopo nos elementos existentes nos autos, na linha dos fundamentos fáticos e jurídicos descritos neste parecer, esta Assessoria entende devida a aplicação do reajuste contratual no patamar de 2,40% (dois inteiros vírgula quarenta por cento) decorrente da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, aferido no período de abril de 2019 a abril de 2020, com efeitos financeiros sobre o Contrato mencionado a partir de abril de 2020.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

20. Quanto à minuta de Apostila nº 01 juntada aos autos (0665770), para cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93, esta Assessoria jurídica APROVA os seus termos.

21. Para a aplicação de futuros reajustes em sentido estrito no Contrato 08/2018, esta unidade jurídica solicita ciência do gestor da contratação as anotações feitas nos itens 12 e 13 do presente parecer jurídico.

22. Por derradeiro, esta unidade jurídica analisou os aspectos jurídicos do pedido a ela submetidos, já que inábil regimentalmente para pronunciar-se acerca de outras questões, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito deste Tribunal, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativo.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 09/03/2021, às 17:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0669328** e o código CRC **DB3AD501**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001556-82.2017.6.22.8000

INTERESSADO: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

ASSUNTO: Reajuste e prorrogação do Contrato nº 08/2018

DECISÃO Nº 54 / 2021 - PRES/GABPRES

Vistos.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Nos presentes autos eletrônicos, após regular processo licitatório, foi efetivada a contratação da empresa J FECCHIO JUNIOR, CNPJ nº 24.977.471/0001-15, para prestar serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, do sistema de climatização instalados nos prédios edifício-sede e do Depósito de Urnas (Anexo II) do TRE-RO, localizados em Porto Velho-RO, dimensionada para **12 (doze) meses**, a partir de **20/06/2018**, conforme **Contrato Administrativo nº 08/2018** ([0301448](#)), atualmente em execução, com termo final em 20/06/2021, conforme anotado no item 1 da Cláusula Primeira do Termo Aditivo n. 01 ([0425444](#)).

Na atual fase, os autos foram conclusos a esta Presidência para análise e deliberação acerca de dois objetos:

1) **reajuste do Contrato nº 08/2018**, no percentual de **2,40%** (dois inteiros e quarenta centésimos por cento) referente ao período de abril/2019 a abril/2020;

2) **autorização de prorrogação do Contrato Administrativo n. 08/2018** ([0301448](#)) por mais 24 (vinte e quatro) meses, a contar de **21/06/2021 a 20/06/2023**.

Compulsando os autos, verifico sua adequada instrução, bem assim, que os principais atos e documentos foram relatados nos pareceres e manifestações que integram o feito (eventos [0669328](#); [0676076](#); [0681661](#); [0681661](#); [0692859](#) e [0692940](#)).

Dessa feita, por razões de celeridade e economia processual, passo ao mérito.

1 - Do reajuste do Contrato nº 08/2018

Por meio do Ofício nº 01/2021 ([0664203](#)), a contratada solicitou reajuste com aplicação da variação do Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA - IBGE), a fim de preservar o equilíbrio econômico-financeiro, tendo em vista previsão contratual e preenchimento dos demais requisitos necessários para aplicação, anexando-se documento contendo informações acerca dos indicadores IBGE relativos ao



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

IPCA do período de referência, **abril de 2019 a abril de 2020**, conforme previsão contratual.

A SAOFC, por sua unidade gestora do contrato (SEMAP), informou que o índice acumulado nos últimos doze meses a ser aplicado sobre o valor do contrato vigente é de **2,40%, índice apurado pelo IBGE (0664471)**. Além disso, demonstrou mediante tabelas os reflexos do reajuste pretendido no contrato n. 08/2018 (0301448) e salientou a necessidade do reconhecimento de dívida de diferença financeira relativa ao exercício de 2020. Seguindo, encaminhou o feito à SECONT para elaboração da minuta de apostila e à Assessoria Jurídica (AJDG) para emissão de parecer jurídico (0664988).

A Seção de Contratos juntou a minuta de Apostila n. 01 (0665770). Por meio do Parecer Jurídico nº 10/2021 (0669328), a AJDG opinou pela aplicação do reajuste contratual no patamar de 2,40% (dois vírgula quarenta por cento) referente aos meses de abril de 2019 a abril de 2020, com efeitos financeiros a partir de abril de 2020, e aprovou os termos da minuta de Apostila nº 01 (0665770), em observância ao artigo 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93. Por fim, alertou o gestor acerca da obrigatoriedade dos reajustes previstos em cláusula contratual se darem de forma automática pela Administração e anotou a necessidade de notificação da contratada para apresentar complementação da garantia contratual, com base nos valores atualizados do contrato.

No mesmo trilhar, a Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC manifestou-se pelo deferimento do reajuste pretendido, no percentual de **2,40%** (dois inteiros e quarenta centésimos por cento); pela atualização dos valores do Contrato n. 8/2018 (0301448), fixando seu novo valor em **R\$ 541.663,08** (quinhentos e quarenta e um mil seiscentos e sessenta e três reais e oito centavos) e complementação da garantia no valor de **R\$ 560,88** (quinhentos e sessenta reais e oitenta e oito centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do reajuste (evento 0671043).

A Diretoria-Geral, nos termos da Manifestação 78 (0681661), opinou pela possibilidade de **autorização do reajuste do Contrato nº 08/2018; pelo reconhecimento de dívida no valor de R\$ 4.044,49 (quatro mil quarenta e quatro reais e quarenta e nove centavos)**, referente à despesa de exercício anterior (2020), por não haver empenho/despesa inscrita em restos a pagar para o referido contrato, além de outros procedimentos de cunho administrativo.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

É o relatório.

Como dito preambularmente, a empresa contratada pretende o reajuste do valor do contrato pela variação do índice IPCA de referência, a fim de preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato em execução.

Examinando o teor da avença firmada, verifica-se a expressa previsão de reajuste na Cláusula Décima Quinta do Contrato, alterada pelo Termo Aditivo 01, verbis:

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Os preços dos serviços objeto do contrato, desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado do orçamento da proposta - **data limite para apresentação da proposta** (art. 3º, § 1º da Lei nº 10.192/2001 e Acórdão TCU nº 19/2017 - Plenário) ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, contado da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato (art. 40, XI, c/c o art. 55, III, da Lei nº 8.666/93), adotando-se a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, por ser mais compatível com a variação de preços do objeto licitado.

Consoante os termos contratuais acima transcritos, o reajuste deve ser concedido de ofício pela Administração quando completado o lapso de 12 meses, a contar da data de apresentação da proposta ou da data-base da categoria profissional envolvida na execução do objeto, não se fazendo necessária manifestação da contratada para sua operacionalização.

In casu, é possível observar que o primeiro reajuste foi concedido mediante o Termo Aditivo n. 01 ([0425444](#)), referente ao período de **maio de 2018 a maio 2019**, com efeitos financeiros sobre o Contrato mencionado a partir de 02 de maio de 2019.

Conclui-se, portanto, que o reajuste pleiteado está amparado legalmente, pois tem previsão em cláusula contratual e obedece ao prazo mínimo ajustado.

Desse modo, com efeitos financeiros a partir do mês de abril/2020, conforme informações contidas no evento [0664516](#) e, para fazer jus aos valores pretéritos, a Contratada deverá apresentar fatura complementar separadamente, contendo a diferença entre os valores anteriores e os valores atualizados com o presente reajuste.

As informações sobre **pesquisa de mercado e aferir a economicidade na prorrogação contratual**, foram devidamente apresentadas pela SAOFC/COSEG, conforme evento [0692859](#).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Outro aspecto digno de registro é no sentido de que a concessão do reajuste, com efeitos financeiros desde o mês de abril/2020, ocasionará um impacto financeiro de **R\$ 11.217,58** (onze mil duzentos e dezessete reais e cinquenta e oito centavos), no período de 12 (doze) meses, com a atualização dos valores do Contrato na ordem de **R\$ 541.663,08** (quinhentos e quarenta e um mil seiscentos e sessenta e três reais e oito centavos) devido ao impacto do reajuste aplicado.

Há que se ressaltar, ainda, que conforme informado pela SEMAP ([0664516](#)), não há necessidade de reforço ou suplementação para suportar o referido reajuste no presente exercício. Contudo, para o pagamento do valor de **R\$ 4.044,49 (quatro mil quarenta e quatro reais e quarenta e nove centavos)**, referente à despesa de exercício anterior (2020), para o qual não há empenho/despesa inscrita em restos a pagar para o referido contrato, será necessário o reconhecimento de dívida.

2 - Autorização de prorrogação do Contrato Administrativo n. 08/2018 ([0301448](#))

Consoante destacado pela Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral no Parecer Jurídico 36 ([0685018](#)), o primeiro requisito permissivo à prorrogação do contrato administrativo é que o serviço seja prestado de **forma contínua** (inciso II do art. 57 da Lei n. 8.666/93).

Nessa senda, a prestação de serviços aqui tratada tem natureza contínua, já que não poderá sofrer interrupção sem prejuízo à integridade dos equipamentos componentes do sistema de climatização deste Regional, bem como à própria atividade desempenhada por este órgão, pois o calor excessivo da região afetaria negativamente o desempenho dos servidores e, conseqüentemente, o eleitor também teria um atendimento de menor qualidade.

Outro relevante aspecto vem consubstanciado na assertiva: *“iguais e sucessivos períodos”*. Tal requisito encontra-se atendido, pois o presente contrato, vigente desde **20/06/2018 (data de sua assinatura)**, com prazo de duração de 12 (doze) meses, poderá ser prorrogado pela segunda vez, à conveniência da Administração, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses. Nesse sentido, são os Acórdãos nº 1191/2005-Plenário e Acórdão 838/2004-Plenário, pois ambos reforçam o entendimento que na fixação do prazo da prorrogação da vigência devem



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

observar a conveniência da Administração, independentemente de ser por prazo igual à vigência inicial. Confirmando tal entendimento, tem-se também a Orientação Normativa AGU nº 38/2011.

Registre-se, por oportuno, que o limite de 60 (sessenta) meses, previsto pelo art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, não foi superado, pois se trata da segunda prorrogação do Contrato nº 08/2018, perfazendo o íterim limite de 60 (sessenta) meses.

Somado a isso, a análise da proposta de prorrogação contratual passa por uma terceira ótica: **vantajosidade para a Administração**, a qual, neste caso, deve levar em consideração, além da pesquisa de mercado, se o custo do novo procedimento licitatório é superior ao da manutenção da avença, pois, a redução do preço de mercado deve ser significativa ao ponto de justificar um novo certame.

Relativamente à pesquisa de mercado, o espectro de consultas ficou restrito. Isso porque **apenas duas empresas** podem realizar a manutenção e assistência técnica nos produtos de ar condicionados Mitsubishi Eletric, vendidos a este Tribunal pela FAM da Amazônia Indústria e Comércio LTDA, sem comprometer a sua garantia, ainda em vigência, conforme documentos juntados nos eventos [0235643](#) e [0414016](#), quais sejam, a própria empresa contratada e a **empresa Airclean**, que ficou-se inerte mesmo sendo reiteradas vezes consultada pela Coordenadoria de Serviços Gerais deste Tribunal ([0692859](#)).

De toda sorte, ainda no contexto da vantajosidade, a SEMAP, em sua manifestação ([0678231](#)), constata o **desempenho satisfatório do serviço e a onerosidade de uma nova licitação para contratação do objeto em questão**. Diante de tais premissas, verifica-se que está preenchido este requisito da prorrogação contratual.

Também se revela importante a análise da demonstração da situação de regularidade para contratar com a Administração Pública. Nessa toada, ao autorizar a prorrogação por mais 24 (vinte e quatro) meses, com fundamento no art. 57, II, da Lei 8.666/93 e na Cláusula Segunda do Contrato n. 08/2018, deve a empresa J FECCHIO JUNIOR, CNPJ nº 24.977.471/0001-15, se necessário, **atualizar nos autos a situação de regularidade para contratar com a Administração Pública**.

Por derradeiro, constato que as minutas relativas ao reajuste e prorrogação contratual foram devidamente aprovadas pela AJDG, conforme pareceres colacionados nos eventos [0669328](#) e [0685018](#), cumprindo assim o disposto no artigo 38, parágrafo único, da Lei de Licitações e Contratos.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Ante as informações coligidas, considerando as ponderações das unidades previamente ouvidas, bem assim, a constatação de previsão legal e contratual para o reajuste pretendido pela empresa contratada, decido:

I - Autorizar o reajuste do Contrato nº 08/2018, no percentual de **2,40%** (dois inteiros e quarenta centésimos por cento) referente ao período de abril/2019 a abril/2020, tendo um impacto financeiro de **R\$ 11.217,58** (onze mil duzentos e dezessete reais e cinquenta e oito centavos), com fulcro no inc. III do art. 55 da Lei nº 8.666/1993 e ainda Cláusula Décima Quinta do Contrato Originário, conforme registrado na minuta de Apostila nº 01 ([0665770](#)), nos termos do § 8º do art. 65 da Lei de Licitações e Contratos, devidamente aprovada pela AJDG;

II - Autorizar a prorrogação do Contrato Administrativo n. 08/2018 ([0301448](#)) por mais 24 (vinte e quatro) meses, a contar de **21/06/2021 a 20/06/2023**, fulcro [artigo 57, II, Lei nº 8.666/1993](#) c/c a Cláusula Segunda do referido Contrato, consoante registrado na minuta de Termo Aditivo n. 02 ([0683618](#));

III - Reconhecer a dívida no valor de R\$ 4.044,49 (quatro mil quarenta e quatro reais e quarenta e nove centavos), referente à despesa de exercício anterior (2020), por não haver empenho/despesa inscrita em restos a pagar para o referido contrato;

IV - Determinar a notificação da empresa contratada para demonstração nos autos da situação de regularidade com a Receita Federal do Brasil (RFB), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Justiça do Trabalho e CNJ, por meio de certidões atualizadas que deverão ser juntadas aos autos, antes da assinatura da Apostila; e

V - Determinar a notificação da Contratada para complementação da garantia, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura da Apostila, no valor de R\$ 560,00 (quinhentos e sessenta reais), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do presente reajuste, em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93, e nos termos do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93 e da Cláusula Sexta do Contrato originário.

À Diretoria-Geral para as providências decorrentes desta Decisão.

Cumpra-se.

Porto Velho, 27 de maio de 2021.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia

Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Alaor Diniz Grangeia, Presidente**, em 27/05/2021, às 17:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 27/05/2021, às 18:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0678887** e o código CRC **BD77B8CA**.